



Poder Legislativo Saldanha Marinho - RS

“Legislativo Forte, Democracia Consolidada”

REQUERIMENTO

O Vereador abaixo firmado da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro- MDB, vem na forma regimental, REQUERER, após aprovação em plenário, que seja encaminhada MOÇÃO DE APOIO, ao Presidente da Assembleia Legislativa Estadual e ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em favor à reivindicação dos trabalhadores (as) da rede estadual de educação por emendas ao PL 467/2021 (reajuste do piso do magistério) que propõem que o reajuste de 32% seja aplicado também sobre a parcela autônoma e sobre a parcela de irredutibilidade e que a mesma não seja absorvida pelo reajuste e que a valorização seja estendida aos funcionários de escola.

Justificativa:

Caso a proposta não tenha o texto alterado, 40.931 professores (as) aposentados (as) – 30.933 com paridade + 9.998 inativos e pensionistas sem paridade -, 162 professores ativos e 24.664 funcionários de escola, ativos e inativos, não terão nenhum reajuste. Além disso, 33.820 professores (as) em sala de aula não ganharão o índice fixado pela Lei do Piso Nacional do Magistério (31,3%).

Como é público e notório, a categoria dos(as) trabalhadores(as) em educação amarga um intenso processo de empobrecimento, sem qualquer reposição salarial desde novembro de 2014. São quase sete anos de congelamento, agravados pela recente perda de direitos com a aprovação de mudanças nos planos de carreira, eliminação de vantagens, redução de adicionais e alterações na Previdência;



Poder Legislativo Saldanha Marinho - RS

“Legislativo Forte, Democracia Consolidada”

Por mais de 60 meses, os profissionais da educação receberam salários atrasados e parcelados, desprovidos do direito de conhecer o dia do pagamento do próprio salário com o mínimo de antecedência. Esta política inviabilizou a programação pessoal e financeira dos trabalhadores(as) e empurrou a categoria ao endividamento;

De acordo com o INPC, a inflação acumulada entre novembro de 2014 e março de 2021 chega a 44,18%. Professores(as) e funcionários(as) de escola - na ativa e aposentados(as) -, perderam, portanto, quase metade do seu poder aquisitivo;

Com a aprovação das Reformas Previdenciárias no país e no estado, os aposentados(as) que possuem os menores salários da folha de servidores(as) passaram a pagar pesadas e abusivas contribuições, que podem somar um salário inteiro perdido ao longo de um ano de descontos;

Dados organizados pelo Dieese demonstram que as despesas com pessoal do Estado em 2021 atingiram o menor comprometimento das receitas em sete anos, ficando abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Desde 2015, a folha dos ativos da Secretaria da Educação encolheu nominalmente 21%, e a sua participação nos gastos de pessoal do Estado caiu de 33% para 22%, com redução de 24 mil servidores(as) na ativa.

Com relação à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), o estado aplicou em 2021, o equivalente a 24,74% do total dos impostos próprios e transferências gastos com educação, sendo o mínimo constitucional de 25% e o mínimo previsto na Constituição Estadual (35%).

Com essas informações podemos observar que existem rubricas concretas para que o governo do Estado garanta o reajuste linear de 32% para toda a categoria, que já teve redução salarial de 52,6% pelo não repasse da inflação (INPC/IBGE) desde 2014.



Poder Legislativo Saldanha Marinho - RS

“Legislativo Forte, Democracia Consolidada”

Cabe aludir ao grave momento que atravessamos, que inclui despesas extras com a saúde e evidencia a importância da renda dos servidores(as) para o sustento familiar em um período de crise e desemprego, bem como para fazer girar o comércio local e a economia dos municípios;

Por fim, salientamos que a acabar com a matemática imoral do PL 467/2021 não impõe disputa por orçamento para o ano de 2022. O estado tem recursos em caixa suficientes para não fazer os servidores (as) mais antigos pagarem do próprio bolso o reajuste obrigatório de 2022, conforme prevê a Lei do Piso do Magistério.

Desse modo, considerando a importância dos profissionais da educação como agentes transformadores da sociedade é imprescindível a valoração dessa categoria, que desde do início da pandemia arriscam-se nas aulas presenciais e, quando do ensino remoto, utilizam de seus equipamentos pessoais, pagando internet e luz com o seus próprios recursos para não deixar os estudantes desassistidos. Assim, reitera-se o pedido de apoio em favor dessa nobre classe, contando com o apoio dos Vereadores do Município de Saldanha Marinho, RS.

Plenário Ver. Ottmar Neuwald, 20 de dezembro de 2021.

Ver. Tiago Barden

Bancada do MDB